

**AgRg nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.140.011 - MT
(2017/0177475-0)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : LUIS LAUREMBERG EUBANK DE ARRUDA
ADVOGADO : RONAN DE OLIVEIRA SOUZA E OUTRO(S) - MT004099
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSO PENAL. AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. ART. 1.021, §1º, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – NCPC. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Descabido o conhecimento do agrado regimental quando o agravante deixa de impugnar especificamente fundamento adotado na decisão monocrática agravada.
2. Agrado regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

